



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, janeiro/2002

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS, SUBSTITUTO

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Daniel Silva Balaban

Fabiana Magalhães Rodopoulos

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo Magalhães

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 412-2203

Fax: (61) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 8, n. 1, jan.2002. 30 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em janeiro de 2002, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 5,8 bilhões. O Tesouro Nacional registrou superávit de R\$ 6,9 bilhões, enquanto que a Previdência Social e o Banco Central foram deficitários em R\$ 1,1 bilhão e R\$ 20,2 milhões, respectivamente.

Em janeiro, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 5,8 bilhões.

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2001-2002**

R\$ Milhões

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	Jan	Dez	Jan
	2001	2001	2002
I. RECEITA TOTAL	22.692,7	28.835,1	29.292,3
I.1. Receitas do Tesouro	18.073,2	20.239,1	24.195,1
I.1.1 Receita Bruta	18.440,0	20.571,0	24.451,9
I.1.2. (-) Restituições	-314,1	-320,4	-157,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-52,8	-11,5	-99,3
I.2. Receitas da Previdência Social	4.619,6	8.595,9	5.097,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.357,6	4.219,6	4.808,4
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.335,1	24.615,4	24.484,0
IV. DESPESA TOTAL	15.741,6	29.063,5	18.634,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.953,1	7.761,6	7.430,2
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.260,0	11.283,8	6.157,9
IV.3. Custeio e Capital	4.528,5	10.018,0	5.046,5
IV.3.1. Despesas do FAT	424,2	571,4	417,3
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	200,1	536,4	81,7
IV.3.3. Outras Despesas	3.904,2	8.910,2	4.547,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.593,5	-4.448,0	5.849,4
V.1. Tesouro Nacional	3.233,9	-1.760,1	6.910,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-640,5	-2.687,9	-1.060,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-30,3	-75,3	-20,2
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.563,2	-4.523,3	5.829,2
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	2,74%	-4,38%	5,64%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar 110/2001, no valor de R\$ 287,1 milhões em janeiro de 2002.
(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários
(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

**PRINCIPAIS VARIAÇÕES
Acumulado: jan2002/jan2001**

Receitas	29,1%
Tesouro	33,9%
Previdência	10,3%
Transferências	10,3%
Receita Líquida	33,5%
Despesas	18,4%
Benefícios	17,1%
Pessoal	24,8%
Custeio e Capital	11,4%

O resultado primário do Governo Central nesse primeiro mês do ano foi R\$ 3,3 bilhões superior ao obtido em janeiro de 2001. Tal desempenho deveu-se, em grande medida, ao comportamento das receitas, as quais tiveram acréscimo nominal de R\$ 6,0 bilhões (32,6%) em relação àquele mês. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IR), a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF-Outros Rendimentos) foram os itens de receita que mais cresceram (R\$ 4,1 bilhões, no conjunto) como decorrência, em grande medida, do recolhimento atípico de receitas relativas ao pagamento de tributos atrasados por fundos de pensão. Verificou-se também acréscimo na arrecadação das receitas de concessão, no valor de R\$ 656,9 milhões, devido ao ingresso referente a concessões de

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Jan (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receita Total	24,3%	28,3%
Transferências	4,7%	4,7%
Receita Líquida	19,6%	23,7%
Despesa Total	16,8%	18,0%
Resultado Primário	2,7%	5,6%

telefonia celular (Bandas D e E) e pagamento à Agência Nacional do Petróleo (ANP) pela ocupação e retenção de áreas para exploração de petróleo

As despesas do Tesouro Nacional cresceram cerca de R\$ 2,0 bilhões (19,0%) relativamente às verificadas em janeiro de 2001. Com isso, passaram de 11,2% para 12,1% do PIB. Merece destaque o incremento de R\$ 1,5 bilhão (24,8%) dos gastos com pessoal e encargos como reflexo do realinhamento salarial e reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo público, ocorridos ao longo de 2001, e do pagamentos em janeiro da segunda parcela do passivo do adicional de tempo de serviços (anuênios), devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU).

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Jan (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Tesouro Nacional	3,5%	6,7%
Previdência Social	-0,7%	-1,0%
Banco Central	0,0%	0,0%
Governo Central	2,7%	5,6%

O déficit da Previdência Social foi superior em 65,6% ao obtido em janeiro de 2001, o que representa um incremento de cerca de 0,34 ponto percentual do PIB. Enquanto a arrecadação líquida aumentou R\$ 477,7 milhões (10,3%), a despesa com benefícios elevou-se em R\$ 897,9 milhões (17,1%) reflexo do crescimento na quantidade de benefícios pagos e do aumento do valor médio destes como decorrência dos reajustes concedidos a partir de abril de 2001.

Tesouro Nacional

Em janeiro, o Tesouro Nacional apresentou superávit primário de R\$ 6,9 bilhões.

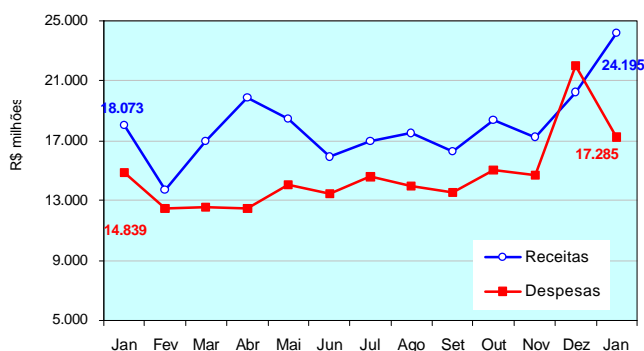
O Tesouro Nacional obteve superávit primário de R\$ 6,9 bilhões, valor equivalente a 6,7% do PIB estimado. As receitas elevaram-se de R\$ 18,1 bilhões (19,3% do PIB), em janeiro de 2001, para R\$ 24,2 bilhões (23,4% do PIB), nesse mês. Enquanto as transferências a estados e municípios mantiveram-se em 4,7% do PIB, as despesas do Tesouro Nacional passaram de R\$ 10,5 bilhões para R\$ 12,5 bilhões. Deve-se destacar o incremento das despesas com o item "pessoal e encargos" de aproximadamente 0,8 ponto percentual do PIB. Por outro lado, os gastos com o item "custeio e capital" apresentaram apenas um ligeiro incremento de cerca de 0,04 ponto percentual do PIB.

**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
Jan (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Receitas do Tesouro (*)	19,3%	23,4%
Transferências	4,7%	4,7%
Despesas do Tesouro	11,2%	12,1%
Resultado Primário	3,5%	6,7%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Receitas e Despesas do Tesouro Nacional
Brasil, 2001-2002



Em janeiro, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 24,5 bilhões, superando em R\$ 3,9 bilhões a arrecadação obtida no mês de dezembro de 2001. Merece destaque o recolhimento de receitas atípicas nesse mês, decorrente do pagamento de débitos tributários pelos fundos de pensão, e da arrecadação referente à realização de lucro por empresa estatal relativo a transferência de títulos públicos, perfazendo ingressos extraordinários de R\$ 1,8 bilhão e R\$ 1,1 bilhão, respectivamente. Esses eventos explicam em grande medida o crescimento das receitas do IRPJ (R\$ 3,5 bilhões, 256,0%), do IRRF-Outros Rendimentos (R\$ 288,0 milhões, 121,0%) e da CSLL (R\$ 989,1 milhões, 138,0%). A receita do IRPJ e da CSLL foi afetada também pelo pagamento da primeira cota ou cota única desses tributos, relativa ao resultado do último trimestre de 2001.

Boxe 1 – Nova sistemática de tributação dos Fundos de Pensão

A Medida Provisória nº 2.222, de 04/09/2001, instituiu novas regras para a tributação dos rendimentos e ganhos com aplicações de recursos pelos fundos de previdência complementar. O art. 2º permite à entidade aberta ou fechada de previdência complementar, a sociedade seguradora e o administrador do Fundo de Aposentadoria Programada Individual – FAPI, optar pelo regime especial. Esse regime determina que a tributação desses rendimentos e ganhos não supere o produto da contribuição da patrocinadora pelo diferencial de alíquotas pago pela pessoa jurídica e a pessoa física, atualmente em 12%.

O art. 5º possibilitou que os tributos atrasados devidos pelas entidades optantes do regime especial sejam pagos em até 6 parcelas, conforme a Lei nº 9.779/1999, vencendo a primeira parcela em janeiro de 2002. Em janeiro, o pagamento dos débitos atrasados do IRPJ totalizou R\$ 1,8 bilhão, o qual produzirá efeitos nas transferências constitucionais aos demais entes da federação apenas em fevereiro, tendo em vista que o recolhimento concentrou-se ao final do mês.

A concentração em janeiro do pagamento dos juros remuneratórios sobre capital próprio explica a arrecadação do IRRF-Rendimentos do Capital, a qual apresentou um incremento de R\$ 469,7 milhões (35,5%) frente ao mês de dezembro último. Também contribuiu para este aumento a ocorrência de cinco semanas de fatos geradores, contra quatro no mês anterior, afetando ainda outros tributos com apuração semanal, como a CPMF e o IOF, que apresentaram crescimento de R\$ 267,9 milhões (16,8%) e R\$ 31,4 milhões (10,1%), respectivamente.

Por outro lado, a queda da arrecadação do IRRF-Rendimentos do Trabalho, de R\$ 1,3 bilhão (39,3%), e da CPSSS, de R\$ 181,8 milhões (31,5%), está relacionada ao pagamento em dezembro do 13º salário dos trabalhadores da iniciativa privada e dos servidores públicos, respectivamente, o que aumentou a base de incidência desses tributos.

As demais receitas ficaram inferiores em R\$ 103,6 milhões, com destaque para o superávit de R\$ 1,1 bilhão em dezembro da conta petróleo, sem

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

Em janeiro, as receitas do Tesouro atingiram o montante de R\$ 24,5 bilhões, superando em R\$ 3,9 bilhões a arrecadação do mês anterior.

Os ingressos de débitos atrasados pelos fundos de pensão totalizaram R\$ 1,8 bilhão.

O superávit atípico da conta petróleo em dezembro, de R\$ 1,1 bilhão, explica a redução das demais receitas do Tesouro, não obstante o ingresso de receitas de concessão das Bandas D e E em janeiro.

registro em janeiro. Vale mencionar que nesse mês ocorreu a primeira arrecadação da Contribuição sobre Intervenção do Domínio Econômico (Cide), no valor de R\$ 60,8 milhões. As receitas de dividendos apresentaram queda de R\$ 152,0 milhões, devido à ausência de recolhimentos expressivos nesse mês de janeiro, combinado com ingressos de recursos no mês anterior efetuado pela Companhia Vale do Rio Doce (R\$ 102,5 milhões) e BNDES (R\$ 50,0 milhões).

Por outro lado, ocorreram recolhimentos excepcionais nos seguintes itens: i) receita de concessão da Anatel relativo às Bandas D e E, no valor de R\$ 655,4 milhões, e ingresso anual de receita da ANP pela ocupação e retenção de área, no valor de R\$ 101,7 milhões, em conformidade com o art. 51 da Lei nº 9.478/1997 e art. 28 do Decreto nº 2.705/1998; e ii) aumento de R\$ 354,9 milhões dos *royalties* e participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, em decorrência do repasse trimestral desta última.

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou aproximadamente 23,7% do PIB, superando em 3,9 pontos percentuais a arrecadação de janeiro de 2001. Em proporção ao PIB, os impostos elevaram-se em 2,4 pontos percentuais e as contribuições em 0,9 ponto percentual.

Em relação a janeiro de 2001, a receita bruta do mês foi superior em R\$ 6,0 bilhões. Esse acréscimo está associado, principalmente, aos seguintes fatores:

- Recolhimento nesse mês de receitas atípicas relativas ao pagamento de tributos atrasados antes mencionados e tributação sobre lucros pela transferência de títulos públicos. Essas receitas extraordinárias contribuíram para o crescimento verificado no IRPJ, de R\$ 3,1 bilhões, CSLL, de R\$ 698,5 milhões e IRRF-Outros Rendimentos, R\$ 310,6 milhões;
- Elevação da alíquota da CPMF de 0,30% para 0,38% a partir de 19/03/2001, o que explica o aumento da arrecadação de R\$ 536,6 milhões;

Por outro lado, houve queda de arrecadação do Imposto de Importação em R\$ 156,7 milhões, decorrente da redução do valor em dólar das importações (24,1%) e da alíquota média (10,1%). A receita do IPI-Outros ficou inferior em R\$ 12,5 milhões, devido a alteração na forma de ressarcimento do PIS/Cofins, como crédito presumido do IPI, incidente sobre insumos utilizados na fabricação de produtos destinados à exportação, em conformidade com a Medida Provisória nº 2.202, de 28/06/2001.

Receitas do Tesouro em relação a janeiro de 2001

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Impostos	9,3%	11,7%
Imposto de Renda	6,6%	9,5%
IPI	1,6%	1,4%
Outros	1,1%	0,9%
Contribuições Sociais	8,6%	9,5%
Cofins	4,3%	4,2%
CPMF	1,4%	1,8%
CSLL	1,1%	1,6%
Outras	1,9%	1,9%
Demais	1,8%	2,4%
Conta Petróleo	0,0%	0,0%
Dividendos da União	0,0%	0,0%
Concessões	0,1%	0,7%
Outras	1,7%	1,7%
Total Bruto	19,7%	23,7%

As demais receitas do Tesouro superaram em R\$ 869,3 milhões os recolhimentos de janeiro de 2001, em virtude do acréscimo da arrecadação das receitas de concessão, no valor de R\$ 656,9 milhões, relativas às Bandas D e E de telefonia celular, e pagamento à ANP pela ocupação e retenção de áreas para exploração de petróleo.

As transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, aumento nominal de 10,3%, o que corresponde a um acréscimo de R\$ 450,7 milhões no montante transferido àqueles entes da federação.

As transferências constitucionais superaram em R\$ 372,3 milhões os repasses de janeiro de 2001, perfazendo um crescimento nominal de 10,5%. Esse aumento acompanha a arrecadação dos impostos compartilhados (IR e IPI), ocorrida entre o dia 21 de dezembro e 20 de janeiro dos respectivos anos.

No que se refere aos repasses em decorrência da Lei Complementar nº 87/96, estes totalizaram R\$ 328,4 milhões em janeiro deste ano, contra R\$ 298,7 milhões em janeiro do ano passado. Vale mencionar que a Lei Complementar nº 102/2000 estabeleceu para 2000 transferências no valor total de R\$ 3,9 bilhões, e para 2001 e 2002 repasses no valor de R\$ 3,1 bilhões, corrigidos anualmente pelo IGP-DI, o que explica a variação observada desse agregado.

Por fim, as demais transferências atingiram o montante de R\$ 566,3 milhões no mês, contra R\$ 517,5 milhões em janeiro de 2001.

As despesas do Tesouro Nacional passaram de R\$ 17,8 bilhões, em dezembro de 2001, para R\$ 12,5 bilhões, em janeiro de 2002. A maior queda correspondeu às despesas de custeio e capital que se reduziram de R\$ 10,0 bilhões para R\$ 5,0 bilhões no mês em análise. Cumpre destacar que estes gastos são sazonalmente mais elevados no último mês do ano.

Em janeiro, a despesa com pessoal e encargos ficou R\$ 331,4 milhões inferior à verificada em dezembro, quando foi efetuado o pagamento da segunda parcela do 13º salário dos servidores da União, além de parte das despesas relativas a férias. Tal redução ocorreu a despeito do impacto no caixa do Tesouro Nacional, em janeiro, da sexta parcela relativa ao reajuste de 28,86% devido aos servidores civis da União, cujo montante liberado foi de R\$ 317,8 milhões, bem como da segunda parcela do passivo do adicional de tempo de

**DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
Jan (R\$ milhões)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Demais	1.651,9	2.521,2
Conta Petróleo	-	-
Dividendos da União	0,2	1,1
Concessões	104,6	761,5
Outras	1.547,1	1.758,6

**Transferências
a estados e
municípios****TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E
MUNICÍPIOS
Jan (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Constitucionais	3,79%	3,79%
Desoneração do ICMS	0,32%	0,32%
Demais	0,55%	0,55%
Total	4,66%	4,65%

**Despesas do
Tesouro em relação
ao mês anterior**

As despesas com custeio e capital ficaram R\$ 5,0 bilhões abaixo das verificadas em dezembro de 2001.

serviços (anuênios) devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU).

Boxe 2 – Decretos de Programação Financeira

O Decreto nº 4.080/2002 estabeleceu os limites de execução para custeio e investimentos em 6% e 10% para investimentos em Programas e Ações Estratégicos autorizados na Lei Orçamentária de 2002 (Lei nº 10.407 de 10 de janeiro de 2002), até a publicação do cronograma anual de desembolso. Em 7 de fevereiro foi publicado o Decreto nº 4.120/2002, dispoendo sobre a programação financeira e orçamentária para o exercício, conforme o art. 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e art. 72º da LDO-2002. O objetivo é compatibilizar a realização da receita com a execução da despesa, com vistas ao cumprimento das metas fiscais. O Decreto limita em R\$ 51,1 bilhões o montante disponível para com custeio e investimentos dos órgãos do Poder Executivo Federal, inclusive restos a pagar de exercícios anteriores, sendo que o limite para empenho dessas despesas foi fixado em R\$ 49,4 bilhões.

As despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) com abono salarial, seguro-desemprego e demais despesas administrativas passaram de R\$ 571,4 milhões no mês anterior, para R\$ 417,3 milhões este mês. Os gastos com abono e seguro desemprego perfizeram R\$ 311,4 milhões e as demais despesas operacionais do FAT, R\$ 105,9 milhões.

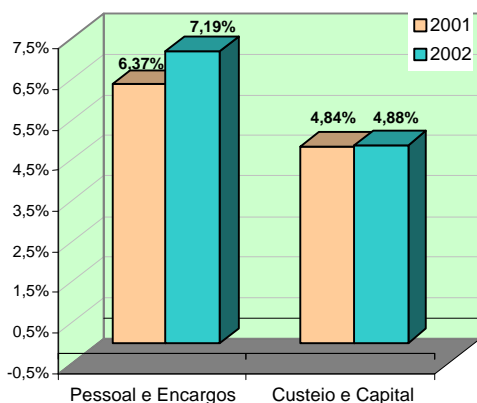
As despesas com subsídios e subvenções econômicas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 81,7 milhões, apresentando redução de 84,8%, em relação ao mês anterior. Tal resultado reflete a despesa com subsídios concedidos no âmbito dos fundos regionais uma vez que as operações oficiais de crédito foram influenciadas pelas receitas obtidas com a venda de produtos agrícolas, principalmente, milho em grãos e arroz, no âmbito do Programa de Aquisições do Governo Federal (AGF). No mês também não foram incorridas despesas com equalização de taxas no âmbito do Programa de Financiamento às Exportações (Proex).

Despesas do Tesouro em relação janeiro de 2001

As despesas do Tesouro Nacional atingiram cerca de 12,0% do PIB, ficando aproximadamente 0,9 ponto percentual acima daquelas verificadas em janeiro de 2001, com destaque para o incremento dos gastos com pessoal e encargos em 0,8 ponto percentual do PIB. Entre os fatores que afetaram a folha salarial mencione-se: i) realinhamento salarial e reestruturação de carreiras estratégicas do funcionalismo público, ocorridos ao longo de 2001, entre elas, a carreira militar das Forças Armadas, conforme estabelecido pela Medida Provisória nº 2.215-10, de 31/08/2001; e ii) pagamento da segunda parcela do passivo do adicional do tempo de serviço (anuênios), conforme estabelecido no

art. 8º da Medida Provisória nº 2.169-43 de 24/08/2001, devido aos servidores celetistas que passaram a ser regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU).

Despesas do Tesouro Nacional
(Janeiro, em % do PIB)



DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Jan (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Pessoal e Encargos	6,37%	7,19%
Custeio e Capital	4,84%	4,88%
Despesas do FAT	0,45%	0,40%
Subsídios e Subvenções	0,21%	0,08%
Outras	4,18%	4,40%

As despesas com subsídios e subvenções econômicas apresentaram redução de R\$ 118,4 milhões em relação às ocorridas em janeiro de 2001. Os subsídios no âmbito das operações oficiais de crédito, por sua vez, passaram de R\$ 100,7 milhões, em janeiro de 2001, para um resultado positivo de R\$ 12,6 milhões, em janeiro de 2002. Tal fato pode ser explicado, sobretudo, pela baixa execução de despesa em janeiro de 2002 e pelo recebimento líquido no valor de R\$ 40,4 milhões relativos as operações do AGF. Ademais, em janeiro de 2001 foram verificadas despesas com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Proex em montantes sem equivalente no primeiro mês de 2002.

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Jan (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2001	2002
Agricultura	45,2	-12,6
Custeio Agropecuário	15,1	5,0
Investimento Rural	0,0	2,1
Preços Agrícolas	-6,2	-20,4
- EGF	0,2	0,0
- AGF	-24,4	-40,4
- Sustentação de preços	18,0	20,0
Pronaf	36,2	0,6
PESA	0,0	0,0
Securitização (Lei 9.138)	0,0	0,0
Exportação	55,5	0,0
Proex	55,5	0,0
Total	100,7	-12,6

As demais despesas de custeio e capital atingiram o equivalente a 4,4% do PIB, 0,2 ponto percentual superior às observadas em janeiro de 2001. Em termos nominais, houve crescimento de cerca de R\$ 643,3 milhões distribuído em órgãos do Poder Judiciário e Ministério da Saúde. Registre-se que os gastos com custeio e investimento na área da saúde passaram de R\$ 1,8 bilhão, em janeiro de 2001, para R\$ 1,9 bilhão em igual período desse ano, refletindo o atendimento à Emenda Constitucional nº 29/2000.

Em janeiro, o déficit da Previdência Social atingiu R\$ 1,1 bilhão, contra R\$ 2,7 bilhões ocorrido em dezembro de 2001. A arrecadação líquida teve uma redução nominal de 40,7%, explicada pelos seguintes fatores sazonais: i) recolhimento da contribuição sobre o 13º salário, em dezembro; e ii) repasse,

Previdência Social

em janeiro, das contribuições recolhidas sobre o 13º salário de 2001, relativas às transferências a terceiros (Sesi, Senai, Sesc e outros).

O déficit do RGPS em janeiro foi de R\$ 1,1 bilhão, equivalente a 1,03% do PIB estimado para o período.

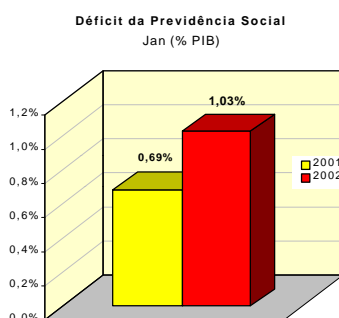
RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL Brasil, 2000-2001			
DISCRIMINAÇÃO	Dez		Jan
	2001	2001	2002
Arrecadação Líquida	8.595,9	4.619,6	5.097,2
Arrecadação Bruta	9.039,7	5.263,1	5.772,5
- Contribuição Previdenciária	8.597,0	4.869,4	5.390,5
- Simples	243,5	231,3	268,8
- CDP	12,8	1,9	0,0
- CFT	48,2	31,1	40,6
- Depósitos Judiciais	104,5	70,6	52,6
- Refis	23,6	41,0	2,5
- Outras Receitas	10,2	17,8	17,4
(-) Restituição/Devolução	-63,2	-12,0	-25,1
(-) Transferências a Terceiros	-380,6	-631,5	-650,1
Benefícios Previdenciários	11.283,8	5.260,0	6.157,9
Resultado Primário	-2.687,9	-640,5	-1.060,7
Resultado Primário/PIB		-0,69%	-1,03%

Benefícios Emitidos	Jan/01	Jan/02	%
Quantidade*	19,6	20,1	2,4%
Valor Médio**	274,9	309,6	12,6%

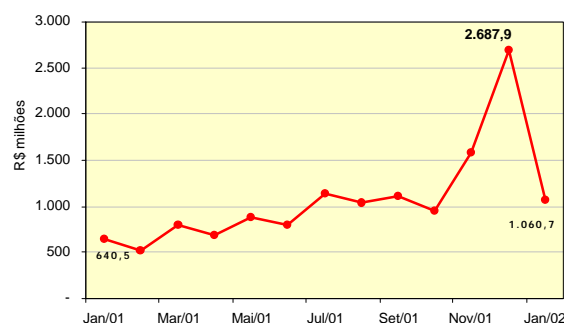
(*) Em milhões
(**) Média em R\$ 1,00

No que se refere às despesas com benefícios, a redução de R\$ 5,1 bilhões, em relação ao último mês de 2001, reflete o pagamento efetuado em dezembro a título de 13º salário aos beneficiários do RGPS.

Relativamente a janeiro de 2001, o déficit primário da Previdência Social elevou-se em R\$ 420,2 milhões, passando do equivalente a 0,69% do PIB observado naquele mês para 1,03% do PIB em janeiro deste ano. Este aumento é explicado pelo incremento nas despesas com benefícios previdenciários, devido ao crescimento de 2,4% na quantidade de benefícios pagos e aumento do valor médio destes, que passaram de R\$ 274,9 em janeiro de 2001 para R\$ 309,6 em janeiro de 2002. A elevação do valor médio é devido ao reajuste de 19,2% concedido ao valor do salário mínimo em abril de 2001, bem como ao reajuste dos demais benefícios no mês de junho, com valores superiores ao mínimo.



Déficit da Previdência Social
Brasil, 2001/2002



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em janeiro, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 293,9 bilhões, o que equivale a 24,7% do PIB acumulado nos últimos doze meses. A tabela 2, a seguir, apresenta a composição da dívida líquida em poder do público nos últimos três meses.

O saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional em janeiro foi de 24,7% do PIB, totalizando R\$ 293,9 bilhões.

TABELA 2			
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO			
BRASIL, 2001/2002			
	(R\$ milhões)		
	2001		2002
	Nov	Dez	Jan
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	105.602	120.581	120.708
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	495.199	507.532	514.240
Dívida Contratual da STN	-303.009	-299.488	-303.760
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-86.588	-87.463	-89.771
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	180.828	164.631	173.221
Dívida Mobiliária em Poder do Público	135.980	124.483	131.535
Títulos Depositados em Garantia	-4.210	-3.769	-3.992
Dívida Contratual	50.178	44.901	46.641
Disponibilidades	-1.120	-984	-963
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	286.430	285.212	293.930
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	24,4%	24,1%	24,7%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A depreciação da taxa de câmbio, as emissões líquidas da DPMFi e a colocação de Bônus Global 2012 no mercado internacional contribuíram para o aumento da dívida líquida no mês.

Em relação ao mês anterior, a dívida líquida aumentou R\$ 8,7 bilhões. Para tal comportamento contribuiu, principalmente, o crescimento de R\$ 8,6 bilhões na dívida externa líquida, em decorrência dos efeitos da depreciação da moeda nacional frente ao dólar (4,22%) e a emissão do Bônus Global 2012 no mercado internacional, no montante total de cerca de R\$ 3,0 bilhões.

A dívida interna líquida cresceu apenas R\$ 127,0 milhões em relação a dezembro. Tal comportamento reflete o aumento do estoque da dívida mobiliária em poder do público de R\$ 6,7 bilhões contrabalançado pelo crescimento dos haveres contratuais do Tesouro Nacional (R\$ 4,3 bilhões) e dos fundos, autarquias e fundações (R\$ 2,3 bilhões), em particular do crescimento do saldo do FAT.

Com relação à dívida mobiliária interna, o aumento do saldo está relacionado às emissões líquidas de R\$ 1,7 bilhão e à apropriação de juros em R\$ 5,0 bilhões.

Dívida Interna Líquida

**Boxe 3 – Cessão de
Créditos entre a União e a
Emgea**

Em janeiro, a União transferiu à Empresa Gestora de Ativos (Emgea) os direitos de créditos relativos à Carteira Habitacional (operações com recursos do FGTS) objeto de contrato de aquisição firmado entre a União e a Caixa Econômica Federal em 29/06/2001. Com isso, foram transferidos à Emgea R\$ 4,2 bilhões dos referidos créditos de acordo com autorização conferida pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24/08/2001.

Em janeiro, o saldo da dívida interna líquida foi equivalente a 10,1% do PIB.

**Emissões e
Resgates**

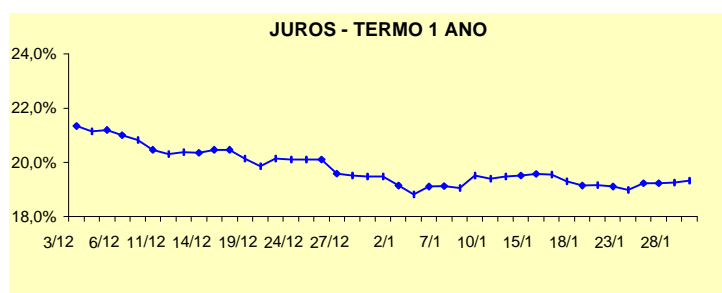
O Tesouro Nacional realizou, em janeiro, emissão líquida de R\$ 1,7 bilhão.

TABELA 3
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2001/2002

	2001		2002
	Nov	Dez	Jan
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	105.602	120.581	120.708
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	495.199	507.532	514.240
LFT	266.020	275.243	279.676
LTN	51.191	48.807	48.040
NTN-C	25.961	26.782	26.836
NTN-D	37.820	39.204	40.710
Demais	94.481	95.906	97.231
Dívida Securitizada	17.434	19.314	19.522
TDA	2.291	2.276	2.225
DÍVIDA CONTRATUAL	-389.597	-386.951	-393.532
<i>Tesouro Nacional</i>	-303.009	-299.488	-303.760
Dívida Bancária	26.459	25.355	25.364
Lei nº 7.976/89	-11.487	-10.316	-10.684
Lei nº 8.727/93	-46.321	-46.430	-45.312
Lei nº 9.496/97	-153.189	-154.222	-154.769
Renegociação Dívida Municipais	-20.105	-20.279	-20.375
Demais Haveres da STN	-98.365	-93.595	-97.984
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-86.588	-87.463	-89.771
FAT	-63.209	-63.702	-65.643
Demais Entidades	-23.380	-23.761	-24.128
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	42,1%	42,9%	43,1%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-33,1%	-32,7%	-33,0%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-25,8%	-25,3%	-25,5%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	9,0%	10,2%	10,1%

Em janeiro, conforme apresentado na tabela 4, houve emissão líquida de títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) do Tesouro Nacional em poder do público no montante de R\$ 1,7 bilhão, tendo as emissões correspondido a R\$ 22,4 bilhões e os resgates a R\$ 20,7 bilhões.

Entre as emissões realizadas por meio de oferta pública, destacam-se as emissões de R\$ 9,0 bilhões em LTN com vencimentos em 08/2002, 09/2002 e 04/2003 e R\$ 4,2 bilhões em NTN-D com vencimentos em 03/2004, 01/2005 e 07/2008. Cumpre mencionar que os custos médios de emissão das LTN apresentaram redução no mês de janeiro (19,84% a.a., contra 20,67% a.a. no mês anterior), tendo acompanhado o movimento descendente das taxas de juros no mercado a termo, conforme gráfico abaixo.



Vale ainda destacar que, entre as emissões por oferta pública, estão também incluídas aquelas realizadas no âmbito do programa de venda de títulos públicos às pessoas físicas por meio da Internet – Tesouro Direto. O montante vendido no mês atingiu a cifra de R\$ 3,9 milhões (até o dia 29/01, com liquidação financeira em 31/01), sendo R\$ 3,3 milhões em LTN, R\$ 333,7 mil em NTN-C e os restantes R\$ 263,5 mil em LFT.

TABELA 4
EMISSÕES E RESGATES DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL
INTERNA (DPMFi) DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, Jan/2002

(R\$ milhões)

Fatos	Ofertas Públicas*	Emissões Diretas	Total
I. Emissões	13.156	9.253	22.409
LFT	0	445	445
LTN	9.002	0	9.002
NTN-C	0	0	0
NTN-D	4.154	0	4.154
TDA	0	44	44
Securitizada**	0	411	411
Demais	0	8.354	8.354
II. Resgates***	11.622	9.067	20.689
LFT	252	1	253
LTN	10.428	0	10.428
NTN-C	610	0	610
NTN-D	332	0	332
TDA	0	33	33
Securitizada**	0	339	339
Demais	0	8.693	8.693
III. Valor líquido (I-II)	1.534	187	1.720

* O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates dos títulos emitidos por meio de colocação direta.
** Inclui dívida agrícola.
*** Correspondem aos montantes de pagamentos e cancelamentos.

As emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 9,3 bilhões, tendo sido mais representativas as seguintes: i) R\$ 8,0 bilhões em NTN-B junto à Petrobras em troca por NTN-P, sob o amparo da Lei nº 10.179, de 06/02/2001; ii) R\$ 444,5 milhões em LFT para o Banco do Brasil no âmbito do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais – Medida Provisória nº 2.196-3, de 24/08/2001, em permuta por haveres decorrentes das operações de renegociação de dívidas originárias de crédito rural; iii) R\$ 364,0 milhões em títulos da Dívida Agrícola em cumprimento do Contrato de Equalização de Encargos Financeiros e de Alongamento de Dívidas Originárias do Crédito Rural nos termos do disposto na Lei nº 9.138, de 29/11/1995; e, iv) R\$ 221,7 milhões de NTN-I, emitidas no âmbito do Proex.

Boxe 5 – Emissão de NTN-B

A emissão das Notas do Tesouro Nacional, série B, títulos remunerados pelo IPCA, ocorreu com a finalidade de adequação dos títulos em carteira da Petrobras, indexados à TR, que seriam utilizados para pagamento de dívida daquela empresa com a Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros), cujo passivo é atualizado pelo INPC. Como resultado da operação, houve cancelamento de R\$ 7,6 bilhões de NTN-P.

Boxe 4 – Tesouro Direto

Em 07/01/2002, o Tesouro Nacional iniciou uma nova modalidade de venda de títulos públicos, o Tesouro Direto. O projeto visa primordialmente promover o acesso aos títulos do Tesouro por parte das pessoas físicas e estimular a poupança de médio e longo prazos.

O Tesouro Direto vem sendo implementado com sucesso, tendo sido realizadas, até 30/01*, 696 operações, com volume total de R\$ 4.224.450,43. Durante esse período, 60 instituições financeiras se habilitaram para atuar como agentes de custódia e 1.970 pessoas físicas se cadastraram, em 105 cidades de 22 estados da federação.

O projeto também vem atingindo com sucesso o objetivo de popularizar o acesso aos títulos públicos, visto que 40,1% dos investidores aplicaram valores inferiores a R\$ 1.000,00.

Entre os três títulos ofertados (LTN, LFT e NTN-C), o de maior demanda foi a LTN, apresentando participação de 84,5% sobre o total das vendas realizadas no mês.

* Inclui o montante vendido no dia 30/01/2002, com liquidação financeira em 01/02/2002.

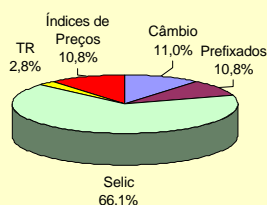
Em janeiro, as emissões diretas da DPMFi totalizaram R\$ 9,3 bilhões.

Composição

Houve um aumento na participação dos títulos remunerados por índices de preços, de 9,31% em dezembro para 10,78% em janeiro.

A operação de troca de NTN-B por NTN-P foi o principal fator de alteração da composição da DPMFi em janeiro. A participação dos títulos remunerados por índices de preços aumentou em 1,47 ponto percentual, em função da emissão de NTN-B. Por outro lado, o cancelamento de NTN-P explica a redução de 1,52 ponto percentual na participação daqueles títulos remunerados pela TR (vide tabela 5).

Composição da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna em Poder do Público Brasil, Jan/2002



**TABELA 5
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE BRASIL, 2001/2002**

Indexador	2001			2002
	2001		2002	2002
	Jan	Dez	Jan	Jan
Selic	62,51	66,06	66,08	66,08
Câmbio	6,36	10,65	10,95	10,95
Prefixados	17,63	9,68	9,41	9,41
Índices de Preços	8,56	9,31	10,78	10,78
TR	4,08	4,29	2,77	2,77
Outros	0,12	0,01	0,01	0,01

* Não inclui dívida agrícola.

Custo Médio

Em função basicamente da depreciação cambial ocorrida no mês, o custo médio da DPMFi alcançou 24,31% a.a. em janeiro (vide tabela 6). Contudo, excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio manteve-se praticamente estável, aumentando apenas em 0,04 ponto percentual, atingindo o patamar de 17,87% a.a. em janeiro. Esse comportamento reflete, principalmente, o aumento na variação do IGP-M e TR em relação ao mês anterior.

**TABELA 6
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

Título	Em % anual		
	2001		2002
	Jan	Dez	Jan
LTN	17,71	18,55	18,96
LFT	15,49	19,05	19,05
NTN-C	19,92	14,70	15,08
NTN-D	25,14	-61,81	79,01
TDA	7,84	8,35	8,74
Dívida Securitizada *	13,29	10,55	9,29
Demais	14,21	1,48	23,92
Total	15,84	8,73	24,31

* Não inclui dívida agrícola.

**TABELA 7
CUSTO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002**

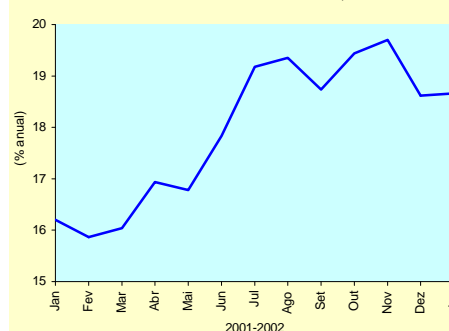
Período	Em % anual			
	2001		2002	
	Total (1)	Total (2)	Pub (1)	Pub (2)
2001 Jan	15,51	15,84	16,20	16,67
Fev	15,11	19,50	15,87	19,35
Mar	15,28	20,54	16,04	19,70
Abr	16,28	16,71	16,94	17,40
Mai	16,04	24,60	16,78	22,46
Jun	17,02	14,67	17,83	16,56
Jul	18,43	23,34	19,18	22,59
Ago	18,60	22,65	19,35	22,30
Set	17,96	23,42	18,74	22,06
Out	19,03	19,62	19,44	20,10
Nov	19,12	10,99	19,70	12,55
Dez	17,83	8,73	18,62	10,07
2002 Jan	17,87	24,31	18,66	26,32

Pub - Títulos emitidos em oferta pública em mercado.

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio

(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

DPMFi - Custo Médio
(Inclui apenas os títulos emitidos em oferta pública em mercado, excluídos os indexados ao câmbio)



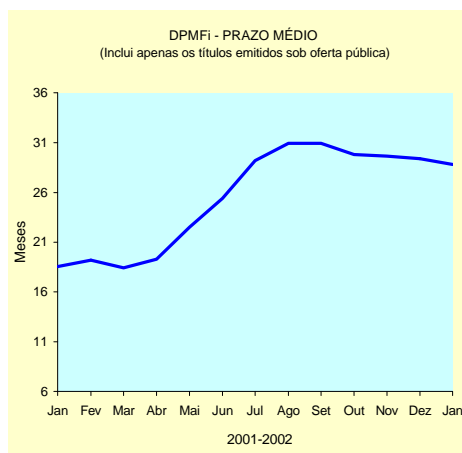
O prazo médio da DPMFi em poder do público, no mês de janeiro, foi de 40,70 meses, apresentando aumento de 0,86 meses em relação a dezembro.

Prazo Médio

TABELA 8
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001-2002

		(meses)	
Período	Total	Of. Pub. (1)	
2001	Jan	34,56	18,54
	Fev	34,90	19,19
	Mar	34,12	18,43
	Abr	35,24	19,28
	Mai	37,99	22,52
	Jun	40,23	25,39
	Jul	41,13	29,20
	Ago	42,05	30,93
	Set	39,84	30,92
	Out	40,69	29,81
	Nov	40,13	29,64
	Dez	39,84	29,40
2002	Jan	40,70	28,80

(1) Títulos emitidos por meio de oferta pública.



PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001-2002

Título	2001		2002
	Jan	Dez	Jan
LTN	6,70	3,45	4,16
LFT	28,98	36,80	35,93
NTN-C	65,70	72,27	73,17
NTN-D	11,02	19,94	20,17
TDA	49,52	51,97	50,58
Dívida Securitizada*	81,22	75,13	74,11
Demais	91,34	85,56	101,82
Total	34,56	39,84	40,70

(*) Inclui dívida agrícola.

A variação do prazo médio das LTN e NTN-D decorreu da substituição dos títulos vencidos por títulos de prazos mais longos, emitidos por meio de oferta pública. Já o representativo aumento no prazo dos demais títulos é explicado pela operação de troca mencionada anteriormente, pela qual foram emitidas NTN-B (prazo médio de 163,30 meses) e resgatadas NTN-P (prazo médio de 76,95 meses).

Houve aumento no prazo médio da dívida interna em poder do público, que passou de 39,84 meses em dezembro, para 40,70 meses em janeiro.

O estoque da Dívida Pública Federal externa (DPFe), de responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou no mês de janeiro crescimento, em moeda nacional, de 5,19% (R\$ 8,8 bilhões). Tal aumento foi provocado por dois fatores: i) depreciação cambial ocorrida no mês; e ii) emissão do Global 2012, em 11/01/2002, no montante de cerca de R\$ 3,0 bilhões (US\$ 1,25 bilhão).

Dívida Externa Líquida

TABELA 9
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2001/2002

	2001		2002
	Jan	Dez	Jan
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	109.393,3	124.482,9	131.535,1
Bônus de Renegociação	50.562,2	45.487,3	46.744,8
Bônus de Captação	58.831,1	78.995,6	84.790,2
II. DÍVIDA CONTRATUAL	38.482,2	44.900,8	46.640,9
Organismos Multilaterais	17.840,0	23.370,8	24.328,5
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.748,8	7.894,9	8.223,6
Clube de Paris	13.893,5	13.635,1	14.088,8
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.686,8	-3.768,8	-3.991,7
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-911,4	-983,7	-963,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	142.277,3	164.631,2	173.221,3
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA TOTAL/PIB	13,0%	13,9%	14,5%

O estoque da DPFe apresentou aumento de 5,19%, em moeda nacional, no mês de janeiro.

Boxe 6 – Global 2012

Em janeiro, o Brasil realizou sua primeira emissão no mercado internacional este ano, tendo captado US\$ 1,25 bilhão em bônus globais com prazo de 10 anos (vencimento em 14/01/2012) e juros semestrais de 11,0% a.a. O Global 2012 foi emitido com *spread* de 754 pontos base sobre os títulos de referência do Tesouro dos Estados Unidos e *yield* de 12,60% a.a..

Vale acrescentar que foram cancelados em janeiro US\$ 273,6 milhões em Bônus de Renegociação (*Bradies*), em função de operação realizada em 31/12/2001, na qual esses bônus foram utilizados para o pagamento de dívidas junto à União.

Em janeiro, o montante pago relativo ao serviço da dívida externa foi de R\$ 1,4 bilhão, dos quais R\$ 99,9 milhões referiram-se ao pagamento de principal e R\$ 1,3 bilhão de juros. Do total despendido em janeiro, a maior parte (R\$ 1,2 bilhão) referiu-se aos pagamentos da dívida mobiliária, R\$ 180,3 milhões a organismos multilaterais (BIRD e BID) e R\$ 72,4 milhões a bancos privados/agências governamentais, conforme demonstrado na tabela 10.

*Foram pagos no mês
R\$ 1,4 bilhão entre
principal, juros e encargos
da dívida externa.*

TABELA 10
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, Jan/2002

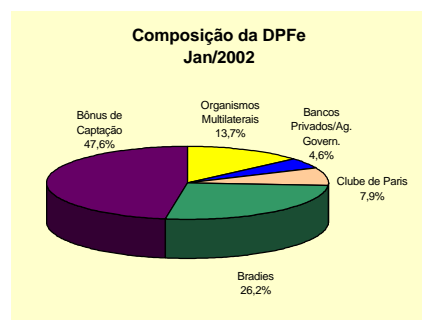
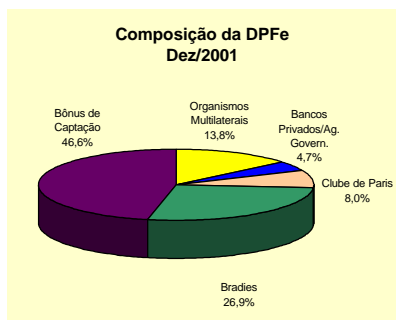
(R\$ milhões)

Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	99,9	1.321,4	1.421,3
I.1. Organismos Multilaterais	41,7	138,6	180,3
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	58,1	14,3	72,4
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	1.168,6	1.168,6
Global 2005	0,0	151,9	151,9
Global 2006	0,0	179,6	179,6
Global 2007	0,0	200,6	200,6
Global 2011	0,0	199,1	199,1
Global 2012	0,0	284,0	284,0
Global 2020	0,0	152,2	152,2
Bônus (Taxa)	0,0	1,2	1,2

Composição

Em janeiro, conforme observado nos gráficos a seguir, a participação dos Bônus de Captação aumentou em virtude da emissão do Global 2012. A participação das demais categorias de dívida apresentou decréscimo, tendo sido mais significativa a dos Bônus de Renegociação, em razão do cancelamento dos títulos *Bradies*, mencionado anteriormente.

A participação dos bônus de captação no total da dívida externa aumentou um ponto percentual no mês de janeiro, em função da emissão do bônus Global 2012.



O prazo médio da dívida mobiliária externa, em janeiro, apresentou redução de 0,07 ano, tendo alcançado 6,65 anos. Essa queda decorre da diminuição nos prazos remanescentes dos títulos. Embora tenha ocorrido a emissão do Global 2012, com prazo de 10 anos.

Com relação ao custo médio, este apresentou aumento de 0,11 ponto percentual, passando de 8,30% a.a. em dezembro de 2001 para 8,41% a.a. em janeiro de 2002. O aumento deveu-se ao fato de a taxa de juros do Global 2012, de 12,60% a.a., ser superior ao custo médio do estoque dos Bônus Globais (11,04% a.a.).

Prazo e Custo Médios

**TABELA 11
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA
PÚBLICA MOBILIÁRIA EXTERNA
BRASIL, 2001/2002**

Título	2001		2002
	Jan	Dez	Jan
Prazo Médio (anos)	14,84	6,72	6,65
Bônus de Renegociação	13,93	6,51	6,40
Bônus de Captação	15,62	6,84	6,79
Globais	20,08	8,41	8,25
Euros	6,04	3,84	3,85
Demais	3,90	2,75	2,68
Custo Médio (% a.a.) *	9,12	8,30	8,41
Bônus de Renegociação	7,53	5,19	5,19
Bônus de Captação	10,49	10,09	10,19
Globais	11,24	11,04	11,11
Euros	9,86	9,94	9,94
Demais	6,02	5,08	5,07

* Custo Médio em dólares.

Em janeiro, a dívida pública mobiliária externa do Tesouro Nacional tinha custo médio de 8,41% a.a. e prazo médio de 6,65 anos.

Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2001	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2002
I. RECEITA TOTAL	22.692,7	18.478,0	21.645,2	24.671,8	23.407,9	20.937,7	21.973,1	22.579,2	21.205,8	23.496,3	22.309,3	28.835,1	29.292,3
I.1. Receitas do Tesouro	18.073,2	13.698,3	16.997,8	19.889,4	18.489,5	15.895,3	16.989,3	17.527,0	16.294,3	18.423,9	17.223,1	20.239,1	24.195,1
I.1.1 Receita Bruta	18.440,0	14.040,5	17.277,6	20.079,7	18.607,3	16.866,2	18.065,1	18.658,8	16.699,2	19.042,8	17.718,9	20.571,0	24.451,9
- Impostos	8.718,7	6.378,4	7.607,4	8.454,6	7.956,2	7.810,6	8.436,4	8.192,8	7.673,3	8.903,3	7.686,5	9.522,6	12.109,0
- Contribuições	8.069,5	6.514,6	7.116,4	7.660,5	7.614,2	7.577,3	7.881,4	7.922,3	7.510,6	8.349,9	8.105,9	8.423,6	9.821,7
- Demais	1.651,9	1.147,6	2.553,8	3.964,6	3.036,9	1.478,3	1.747,3	2.543,7	1.515,3	1.789,5	1.926,5	2.624,8	2.521,2
I.1.2. (-) Restituições	-314,1	-285,8	-250,6	-126,8	-100,7	-971,0	-1.075,8	-1.131,8	-404,9	-618,8	-495,8	-320,4	-157,5
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	-52,8	-56,4	-29,2	-63,5	-17,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3
I.2. Receitas da Previdência Social	4.619,6	4.779,7	4.647,4	4.782,3	4.918,4	5.042,4	4.983,8	5.052,2	4.911,5	5.072,3	5.086,2	8.595,9	5.097,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	4.357,6	3.820,3	3.319,4	3.632,5	4.305,2	3.606,1	3.538,5	3.668,3	3.858,7	3.561,5	4.136,9	4.219,6	4.808,4
II.1. Transferências Constitucionais	3.541,4	2.909,5	2.562,5	3.008,6	3.363,1	2.968,4	2.680,9	2.817,3	3.028,6	2.903,5	3.009,6	3.622,0	3.913,7
II.2. Lei Complementar 87/96	298,7	298,7	298,7	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4
II.3. Demais	517,5	612,1	458,3	325,5	643,6	339,3	559,2	552,5	531,7	359,6	828,9	299,2	566,3
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	18.335,1	14.657,7	18.325,8	21.039,3	19.102,8	17.331,5	18.434,6	18.910,9	17.347,0	19.934,8	18.172,4	24.615,4	24.484,0
IV. DESPESA TOTAL	15.741,6	14.001,2	14.674,8	14.353,4	15.542,2	15.702,3	17.185,2	16.450,8	15.683,0	17.489,8	17.252,1	29.063,5	18.634,6
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	5.953,1	4.913,3	4.782,2	4.863,6	4.752,8	5.304,5	6.261,6	4.787,3	4.806,0	4.785,4	5.223,1	7.761,6	7.430,2
IV.1.1. INSS	310,6	243,0	242,9	236,3	235,2	284,7	351,4	253,9	238,4	223,8	277,5	355,7	397,2
IV.1.2. Demais	5.642,5	4.670,3	4.539,2	4.627,3	4.517,6	5.019,9	5.910,1	4.533,4	4.567,6	4.561,5	4.945,5	7.405,9	7.033,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	5.260,0	5.301,8	5.448,1	5.464,8	5.798,1	5.835,7	6.120,6	6.092,5	6.019,1	6.026,7	6.676,9	11.283,8	6.157,9
IV.3. Custeio e Capital	4.528,5	3.786,1	4.444,6	4.025,1	4.991,4	4.562,0	4.803,0	5.571,0	4.857,9	6.677,7	5.352,1	10.018,0	5.046,5
IV.3.1. Despesa do FAT	424,2	322,8	604,9	312,2	637,2	312,4	698,6	942,2	563,1	604,9	621,5	571,4	417,3
- Abono e Seguro Desemprego	380,7	269,8	473,3	178,9	583,7	280,9	650,8	760,8	483,4	540,7	556,6	475,3	311,4
- Demais Despesas do FAT	43,5	53,0	131,6	133,3	53,5	31,5	47,8	181,4	79,7	64,3	64,9	96,1	105,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	200,1	335,6	346,5	205,1	327,9	326,1	160,6	584,9	133,5	1.217,0	95,6	536,4	81,7
- Operações Oficiais de Crédito	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	1.188,5	5,5	559,2	-12,6
- Subvenções aos Fundos Regionais	99,5	100,1	75,5	86,3	49,8	223,7	73,2	50,8	68,4	28,5	90,1	-22,8	94,3
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	3.904,2	3.127,8	3.493,2	3.507,7	4.026,2	3.923,5	3.943,8	4.043,8	4.161,3	4.855,8	4.635,0	8.910,2	4.547,5
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.593,5	656,5	3.650,9	6.685,8	3.560,5	1.629,2	1.249,4	2.460,1	1.664,0	2.444,9	920,3	-4.448,0	5.849,4
V.1. Tesouro Nacional	3.233,9	1.178,6	4.451,6	7.368,3	4.440,2	2.422,5	2.386,1	3.500,4	2.771,7	3.399,3	2.511,0	-1.760,1	6.910,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	-640,5	-522,1	-800,6	-682,4	-879,7	-793,3	-1.136,7	-1.040,3	-1.107,7	-954,4	-1.590,7	-2.687,9	-1.060,7
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	-30,3	-73,5	-43,3	-76,5	-57,0	-28,0	-33,8	-42,0	-76,8	-50,8	-58,9	-75,3	-20,2
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.563,2	583,0	3.607,6	6.609,4	3.503,5	1.601,2	1.215,5	2.418,0	1.587,2	2.394,1	861,5	-4.523,3	5.829,2
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	66,4	473,4	273,8	-108,5	508,2	-193,7	45,8	53,0	365,2	-503,3	-15,7	-1.405,9	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	2.629,6	1.056,4	3.881,5	6.500,8	4.011,7	1.407,6	1.261,4	2.471,0	1.952,4	1.890,9	845,8	-5.929,2	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	-6.769,1	-6.446,2	-8.201,4	-6.867,5	-10.895,3	-1.432,9	-12.233,9	-11.645,1	-9.396,1	-7.628,0	7.443,3	7.637,6	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	-4.139,5	-5.389,8	-4.320,0	-366,6	-6.883,7	-25,3	-10.972,5	-9.174,1	-7.443,7	-5.737,2	8.289,1	1.708,4	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar 110/2001, no valor de R\$ 287,1 milhões.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jan/2001	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2002
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	19.255,9	21.656,8	19.627,8	22.348,2	23.341,8	21.405,3	21.564,5	23.878,2	21.714,8	22.714,8	24.046,0	30.554,8	22.985,2
I.1 - Recolhimento Bruto	13.077,6	15.789,3	13.617,3	15.887,0	17.122,6	14.968,6	15.146,8	17.008,5	15.370,8	15.688,9	17.579,5	20.292,6	15.534,1
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	-52,8	-56,4	-29,2	-64,0	-16,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-11,5	-99,3
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	597,2	658,3	752,3	1.279,6	705,2	805,2	704,8	718,6	746,8	1.315,6	683,3	753,6	633,2
I.4 - Receita das Operações de Crédito	557,2	116,5	268,8	106,2	225,1	162,9	312,2	666,5	180,0	268,2	292,1	378,9	144,4
I.5 - Receita do Salário Educação	169,2	109,6	119,5	124,7	109,9	114,5	124,4	125,4	115,5	117,5	119,5	124,4	213,6
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	4.902,5	5.034,7	4.895,2	5.010,0	5.189,1	5.349,2	5.270,6	5.353,1	5.296,0	5.318,9	5.365,7	9.009,1	5.334,1
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	4,9	4,7	4,0	4,8	6,6	5,0	5,7	6,2	5,7	5,7	5,8	7,7	1.225,2
II. DESPESAS	23.314,1	19.941,5	17.749,9	23.462,4	23.966,7	25.052,7	26.428,4	21.769,6	21.200,7	24.622,3	22.602,8	33.639,9	25.530,5
II.1 - Liberações Vinculadas	5.368,2	4.563,1	3.879,5	4.403,7	4.951,3	4.445,2	4.137,4	4.483,9	4.459,4	4.367,6	4.023,2	5.665,8	5.849,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.823,1	3.097,6	2.727,5	3.202,6	3.581,3	3.157,7	2.853,1	2.998,6	3.224,7	3.090,9	3.204,3	3.852,2	4.175,5
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	201,2	398,7	154,4	165,9	330,6	166,2	189,8	406,8	194,0	252,5	459,7	180,3	165,8
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	298,5	328,4
II.1.4 - Outras Vinculações	1.045,4	768,3	699,2	736,7	740,9	822,9	796,0	780,1	742,3	725,7	60,7	1.334,9	1.179,7
II.2 - Liberações Ordinárias	17.945,9	15.378,4	13.870,4	19.058,8	19.015,5	20.607,4	22.291,0	17.285,6	16.741,3	20.254,8	18.579,6	27.974,1	19.681,2
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	5.701,6	4.741,6	4.845,5	4.871,9	5.179,9	6.518,2	4.720,2	4.781,7	4.677,4	4.144,8	5.256,1	7.908,2	7.068,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	641,1	1.043,7	438,4	3.645,4	367,0	814,8	3.910,9	933,2	777,8	4.121,9	921,5	-723,0	1.552,1
i) Dívida Contratual Interna	210,1	60,7	27,6	128,5	120,6	186,6	2.764,5	15,8	97,5	543,5	1,5	-978,3	2,1
ii) Dívida Contratual Externa	431,0	983,0	410,8	3.516,9	246,3	628,1	1.146,4	917,3	680,3	3.578,4	920,0	255,3	1.550,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.974,8	1.667,7	-229,2	1.286,0	3.305,0	3.796,3	3.861,9	1.071,9	160,9	1.014,0	866,3	1.741,7	2.104,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	5.691,8	5.148,9	5.128,9	5.753,3	6.015,8	5.768,1	6.061,7	5.997,4	6.451,4	6.382,3	6.411,7	10.611,8	6.373,6
II.2.5 - Custeio e Investimento	2.587,4	2.429,1	3.310,1	3.305,0	3.754,3	3.507,6	3.518,3	3.869,6	4.437,0	4.280,3	4.861,3	7.509,1	2.439,0
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	349,1	347,5	376,6	197,2	393,6	202,4	218,0	631,9	236,8	311,4	262,7	926,4	143,9
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-4.058,2	1.715,3	1.877,9	-1.114,2	-625,0	-3.647,3	-4.863,9	2.108,6	514,1	-1.907,5	1.443,2	-3.085,1	-2.545,3
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	34.003,7	8.861,0	6.158,4	12.014,2	21.441,7	26.751,4	18.988,0	14.969,2	14.663,9	24.725,1	13.656,5	10.112,3	16.520,1
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	28.452,0	7.781,2	5.209,9	10.268,5	20.928,9	23.533,3	18.647,5	12.576,0	14.321,6	24.205,3	13.263,2	9.548,4	16.169,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	5.551,7	1.079,8	948,5	1.745,6	512,8	3.218,1	340,5	2.393,2	342,3	519,8	393,3	563,9	351,1
V. DESPESAS	22.231,7	7.799,7	929,3	9.712,6	422,1	27.051,4	30.825,8	17.888,2	8.935,2	16.027,7	12.653,1	10.815,2	11.294,1
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	20.587,7	7.156,7	-145,2	8.424,4	41,0	25.335,8	28.295,3	17.103,0	9.219,4	11.053,8	10.892,4	9.004,0	11.180,8
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	1.644,1	643,0	1.074,5	1.288,1	381,2	1.715,6	2.530,5	785,2	-284,2	4.973,9	1.760,7	1.811,2	113,4
V.2.1 - Dívida Interna	1.562,8	220,7	37,4	207,4	167,1	328,9	2.364,2	423,8	-621,2	1.433,5	6,6	296,2	13,2
V.2.2 - Dívida Externa	81,3	422,3	1.037,1	1.080,8	214,0	1.386,6	166,3	361,4	337,1	3.540,5	1.754,1	1.515,1	100,1
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	7.864,3	624,5	5.355,1	1.844,1	20.888,0	-1.802,6	-9.647,8	-4.527,0	5.102,2	13.151,4	2.370,8	544,4	4.988,2
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-2.900,1
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-5.826,4	4.616,9	10.646,0	1.882,8	26.548,6	-1.137,9	-14.868,4	473,0	12.744,7	5.440,0	2.175,4	-4.428,9	-219,5

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Jan/2001	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2002
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.384,4	6.362,0	3.943,3	2.617,7	10.674,0	5.253,0	6.439,0	7.293,5	8.646,1	7.053,3	5.850,4	2.493,9	6.569,1
I.1. Emissão de Títulos	2.407,2	5.152,9	2.823,1	0,0	9.137,6	2.784,2	4.599,4	5.202,8	5.423,2	6.151,0	5.851,9	3.375,4	4.861,4
I.2. Remuneração das Disponibilidades	952,2	1.161,8	1.052,5	1.362,0	1.448,4	2.334,0	1.716,5	1.955,8	2.999,4	835,2	-4,4	-342,9	1.595,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	24,9	47,3	67,7	118,1	87,9	134,9	123,1	134,9	223,4	67,0	2,9	-538,6	112,7
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	1.137,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	16.924,6	4.521,7	404,4	1.922,3	4.519,9	2.443,6	4.605,6	6.010,2	2.144,1	8.403,1	6.121,6	3.134,8	9.469,2
II.1. Resgate de Títulos	16.137,6	4.265,8	175,4	1.658,1	4.019,6	2.162,6	4.136,1	5.204,8	1.886,1	7.585,1	5.504,8	2.195,0	7.963,1
II.2. Encargos da DPMF	787,0	255,8	229,0	264,2	500,3	281,0	469,6	805,4	258,0	818,0	616,7	939,8	1.506,1
III. RESULTADO (I - II)	-13.540,2	1.840,3	3.539,0	695,4	6.154,1	2.809,4	1.833,3	1.283,3	6.501,9	-1.349,8	-271,1	-640,9	-2.900,1

TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jan/2001	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2002
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	15,1	16,0	14,3	17,2	14,3	12,9	10,3	15,4	4,0	13,1	18,0	30,2	5,0
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,0	21,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,7	23,3	0,0	0,0	0,0	42,2	2,1
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	-6,2	33,8	125,8	22,3	95,2	52,5	40,1	17,9	-14,2	16,5	-51,1	18,9	-20,4
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,3	0,2	0,2	0,0	0,3	0,5	0,3	0,0	0,2	0,2	0,3	0,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	-24,4	33,6	115,2	16,6	88,9	46,2	32,6	10,6	-29,3	1,3	-51,3	-11,5	-40,4
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	18,0	0,0	10,5	5,4	6,3	6,0	7,0	7,0	15,0	15,0	0,0	30,2	20,0
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	36,2	51,3	19,7	21,5	21,7	25,1	33,1	69,4	25,0	19,1	19,0	155,5	0,6
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	55,5	113,5	111,2	57,8	124,7	5,3	2,4	408,2	50,4	46,3	19,5	296,8	0,0
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)	0,0	0,0	0,0	0,0	22,4	6,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	15,5	0,0
VII. TOTAL	100,7	235,5	271,0	118,8	278,2	102,4	87,5	534,1	65,1	95,1	5,5	559,2	-12,6

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO (*)

R\$ milhões

	Jan/2001	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2002
I. DÍVIDA INTERNA	98.744,1	97.272,6	101.056,7	104.563,7	94.366,1	99.804,6	89.925,4	85.570,5	90.551,2	100.414,5	105.601,6	120.580,9	120.708,5
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	475.473,4	485.941,4	492.493,1
Dívida Bancária	40.270,5	40.301,7	40.239,1	40.269,1	40.276,5	40.299,3	27.260,1	25.990,0	25.989,3	26.419,0	26.459,0	25.355,0	25.364,4
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	17.574,2	17.137,5	17.031,8	16.551,2	16.697,6	15.378,5	13.113,4	13.305,9	13.017,4	11.170,0	11.287,2	10.803,5	10.961,3
CVS	6.807,9	6.810,6	6.841,9	9.420,8	9.400,6	10.938,2	4.927,3	6.054,4	6.041,3	6.053,7	6.107,6	8.471,7	8.520,8
Títulos da Dívida Agrária -TDA	2.531,1	2.515,5	2.505,8	2.488,5	2.468,8	2.492,8	2.478,6	2.448,6	2.422,4	2.347,5	2.291,2	2.276,5	2.224,5
Certificados de Privatização	39,1	39,1	39,2	39,2	39,3	39,3	39,4	39,6	39,0	39,1	39,2	39,2	40,2
INSS	-10.322,5	-10.373,1	-10.408,4	-10.491,3	-10.609,8	-10.546,7	-10.700,7	-10.874,1	-10.970,9	-11.012,6	-11.172,2	-11.257,1	-11.277,4
Lei 7.976/89	-10.024,3	-10.286,5	-10.676,3	-10.886,3	-11.434,7	-10.913,6	-11.207,2	-11.585,2	-12.082,0	-12.308,8	-11.487,3	-10.316,5	-10.684,3
Bônus Renegociação	-18.946,2	-19.733,8	-20.801,1	-20.033,5	-20.223,3	-20.263,9	-20.355,9	-21.260,6	-22.190,0	-22.333,3	-20.836,9	-18.988,0	-19.081,6
Lei 8.727/93	-44.424,9	-44.472,2	-44.415,0	-44.461,6	-44.493,1	-44.534,9	-44.433,6	-44.576,5	-44.638,8	-45.083,0	-46.321,3	-46.429,7	-45.312,4
Lei 9.496/97	-137.915,3	-138.469,8	-139.139,9	-140.470,6	-142.313,4	-143.271,5	-145.557,4	-148.094,7	-149.746,2	-150.754,9	-153.189,0	-154.222,1	-154.768,7
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-18.275,5	-18.374,5	-18.435,3	-18.579,5	-18.795,5	-18.880,8	-19.150,2	-19.514,1	-19.700,0	-19.795,4	-20.105,4	-20.279,5	-20.375,4
Recebíveis das Estatais	-18.778,9	-19.093,1	-19.866,1	-20.038,4	-20.648,2	-32.581,9	-31.339,9	-29.734,2	-30.143,0	-30.625,4	-30.746,4	-30.394,9	-27.030,5
Outros	-16.776,0	-16.943,4	-17.315,1	-17.357,8	-17.409,5	-17.462,1	-17.600,5	-19.935,2	-20.435,9	-20.611,9	-20.642,8	-20.633,9	-21.110,2
Fat	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2
Demais Entidades	-22.873,6	-23.148,2	-22.657,4	-22.595,8	-23.222,3	-23.330,3	-22.140,5	-22.845,9	-23.030,1	-23.243,7	-23.379,6	-23.760,8	-24.128,2
Créditos das Operações Oficiais	-10.134,1	-10.399,2	-10.876,5	-11.102,4	-11.814,8	-11.522,1	-11.750,7	-12.197,0	-12.682,0	-12.676,0	-12.126,6	-11.554,5	-11.832,7
Arrecadação a Recolher	-4.491,0	-1.919,0	-2.540,0	-3.193,0	-2.094,0	-2.227,8	-4.112,4	-2.684,1	-2.693,0	-4.725,0	-2.839,8	-767,0	-7.651,4
II. DÍVIDA EXTERNA	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3
Dívida Mobiliária	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1
Títulos Depositados em Garantias	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7
Dívida Contratual	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9
Disponibilidades	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	241.021,4	244.420,6	254.474,3	263.092,5	268.115,7	264.649,5	263.732,8	273.983,9	287.587,5	297.967,3	286.430,0	285.212,1	293.929,7
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	22,0%	22,2%	22,8%	23,4%	23,6%	23,2%	23,0%	23,8%	24,8%	25,6%	24,4%	24,1%	24,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jan/2001	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2002
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	109.393,3	113.217,2	118.261,8	121.236,8	133.682,3	124.119,7	130.704,7	142.495,9	148.999,9	149.586,4	135.980,2	124.482,9	131.535,1
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	50.562,2	52.374,7	50.674,6	50.355,9	54.396,4	46.781,6	48.602,1	51.008,9	53.314,3	53.067,8	49.570,6	45.487,3	46.744,8
Brazil Investment Bond (BIB)	793,6	823,4	836,8	845,7	913,6	892,3	941,2	987,8	992,7	1.006,0	939,7	862,3	898,7
Par Bond (PB)	5.866,9	5.999,2	4.866,6	4.918,7	5.313,3	4.943,0	5.214,1	5.472,3	5.685,2	5.761,4	5.381,8	4.938,4	4.965,9
Discount Bond (DB)	6.753,8	7.007,7	4.899,6	4.952,0	5.349,4	5.147,3	5.429,6	5.698,5	5.965,6	6.045,5	5.647,1	5.182,0	5.274,4
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.257,6	1.304,9	1.379,2	1.393,9	1.505,7	1.427,8	1.506,1	1.580,7	1.654,8	1.676,9	1.566,4	1.437,4	1.468,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	13.536,7	14.045,6	14.280,3	14.432,9	15.591,0	15.227,0	16.062,1	16.857,5	17.647,6	17.884,1	16.705,5	15.329,4	15.814,7
Debt Conversion Bond (DCB)	12.568,0	13.040,5	13.680,7	13.826,9	14.936,4	9.309,7	9.285,4	9.745,2	10.201,4	10.338,1	9.656,8	8.861,4	9.175,4
New Money Bond (NMB)	3.536,7	3.669,6	3.878,5	3.689,3	3.985,4	3.876,0	4.088,5	4.291,0	4.492,1	4.267,8	3.986,6	3.658,2	3.778,4
Eligible Interest (EI)	6.248,9	6.483,8	6.852,8	6.296,4	6.801,6	5.958,4	6.075,1	6.376,0	6.674,8	6.087,8	5.686,7	5.218,2	5.369,2
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	58.831,1	60.842,5	67.587,2	70.880,9	79.285,8	77.338,1	82.102,6	91.487,0	95.685,6	96.518,6	86.409,5	78.995,6	84.790,2
Bônus Samurai	507,0	522,0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Bônus Global	1.478,3	1.533,9	1.621,2	1.638,5	1.770,0	1.728,7	1.823,5	1.913,8	2.003,5	2.030,3	-	-	-
Bônus Marco Alemão 2007	940,7	965,1	976,3	990,6	1.021,0	1.001,8	1.088,2	1.189,1	1.242,8	1.245,8	1.137,7	1.052,9	1.064,8
Bônus Paralelo Franco	280,5	287,8	291,1	295,4	304,4	298,7	324,5	354,6	370,6	371,4	339,2	313,9	327,2
Bônus Paralelo Florim	334,0	342,6	346,6	351,7	362,5	355,6	386,3	422,1	441,2	442,3	403,9	373,8	389,5
Bônus Paralelo Xelim	267,4	274,4	277,5	281,6	290,3	284,8	309,3	338,0	353,3	354,1	323,4	299,3	311,9
Bônus Global 2007	6.898,9	7.158,2	7.565,6	7.646,5	8.260,0	8.067,2	8.509,6	8.931,0	9.349,6	9.474,9	8.850,5	8.121,4	8.464,1
Bônus Eurolira	712,6	731,1	739,6	750,4	773,5	758,9	824,2	900,8	941,4	943,7	861,8	797,6	831,2
Bônus Eurosterling 2007	433,1	443,6	463,5	469,8	502,7	490,0	520,7	557,6	591,3	591,9	537,1	506,1	513,0
Bônus Euro 2003	921,9	945,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.170,4	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2
Bônus Global 2008	705,5	723,8	732,2	743,0	765,8	751,3	816,1	891,8	932,1	934,3	853,3	789,7	823,0
Bônus Marco Alemão 2008	2.463,9	2.566,5	2.702,0	2.730,9	2.950,0	2.881,1	3.039,1	3.189,6	3.339,1	3.383,9	3.160,9	2.900,5	3.022,9
Bônus Global 2004	5.913,3	6.135,6	6.484,8	6.554,1	7.080,0	6.914,7	7.293,9	7.655,1	8.013,9	8.121,3	7.586,1	6.961,2	7.254,9
Bônus Euro 2002	1.475,0	1.513,2	1.530,8	1.553,3	1.601,1	1.570,9	1.706,3	1.864,5	1.948,7	1.953,3	1.783,9	1.650,9	1.666,0
Bônus Euro 2004	921,9	954,8	956,8	970,8	1.000,7	981,8	1.066,4	1.165,3	1.217,9	1.220,8	1.115,0	1.031,8	1.041,2
Bônus Global 2009	3.942,2	4.090,4	4.323,2	4.369,4	4.720,0	4.609,8	4.862,6	5.103,4	5.342,6	5.414,2	5.057,4	4.640,8	4.836,6
Bônus Euro 2006	1.290,6	1.324,1	1.339,5	1.359,1	1.400,9	1.374,5	1.493,0	1.631,4	1.705,1	1.709,2	1.560,9	1.444,5	1.457,7
Bônus Euro 2001	1.106,2	1.134,9	1.148,1	1.165,0	1.200,8	1.178,2	1.279,7	1.398,4	1.461,5	1.465,0	-	-	-
Bônus Global 2020	1.971,1	2.045,2	2.161,6	2.184,7	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3
Bônus Euro 2010	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9
Bônus Global 2030	3.153,8	3.272,3	3.458,6	3.495,5	3.776,0	3.687,8	3.890,1	4.082,7	4.274,1	4.331,4	4.045,9	3.712,6	3.869,3
Bônus Samurai 2003	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,6	1.106,9	1.164,6	5.574,7	5.803,3	5.743,7	5.326,0	4.595,7	4.763,3
Bônus Euro 2005	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	2.501,7	2.454,5	2.666,0	2.913,3	3.044,8	3.052,1	2.787,4	2.579,5	2.603,1
Bônus Global 2007	1.971,1	2.045,2	2.161,6	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.833,9	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5
Bônus Global 2040	10.165,6	10.547,7	11.148,0	11.267,2	12.171,3	11.887,1	12.539,0	13.159,9	13.776,7	13.961,4	13.041,3	11.967,0	12.471,9
Bônus Euro 2007	1.382,8	1.418,6	1.435,2	1.456,2	1.501,0	1.472,7	1.599,6	1.748,0	1.826,9	1.831,3	1.672,4	1.547,7	1.561,9
Bônus Samurai 2006	1.014,0	1.044,0	1.046,5	1.059,3	1.186,5	1.106,9	1.164,6	1.286,5	1.339,2	1.325,5	1.229,1	1.060,5	1.079,0
Bônus Global 2006	2.956,7	3.067,8	3.242,4	3.277,1	3.540,0	3.457,4	3.647,0	3.827,6	4.007,0	4.060,7	3.793,1	3.480,6	3.627,5
Bônus Euro 2011	1.847,5	1.891,5	1.913,5	1.941,6	2.001,3	1.963,6	2.132,8	2.330,6	2.435,8	2.441,7	2.229,9	2.063,6	2.082,5
Bônus Global 2024	-	-	4.647,4	4.697,1	5.074,0	4.955,5	5.227,3	5.486,2	5.743,3	5.820,3	5.436,7	4.988,9	5.199,3
Bônus Samurai 2007	-	-	-	1.412,4	1.582,0	1.475,9	1.552,8	1.715,3	1.785,6	1.767,3	1.638,8	1.414,1	1.438,6
Bônus Global 2005	-	-	-	-	2.360,0	2.304,9	2.431,3	2.551,7	2.671,3	2.707,1	2.528,7	2.320,4	2.418,3
Bônus Global 2012	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.022,9
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-4.686,8	-4.953,6	-5.140,5	-3.416,7	-3.795,4	-3.716,3	-4.101,3	-4.305,2	-4.456,8	-4.858,2	-4.209,9	-3.768,8	-3.991,7
III. DÍVIDA CONTRATUAL	38.482,2	39.811,3	41.284,3	41.695,1	44.865,0	45.428,7	48.268,8	51.287,7	53.655,2	53.964,9	50.177,7	44.900,8	46.640,9
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0
V. TOTAL (I+II+III+IV)	142.277,3	147.147,9	153.417,7	158.528,9	173.749,6	164.844,9	173.807,4	188.413,4	197.036,3	197.552,8	180.828,4	164.631,2	173.221,3
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	13,0%	13,3%	13,8%	14,1%	15,3%	14,5%	15,2%	16,4%	17,0%	16,9%	15,4%	13,9%	14,5%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jan/2001	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2002
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	537.388,0	539.415,9	552.088,0	555.623,2	557.671,0	587.200,6	607.748,8	611.650,5	628.931,3	657.074,6	660.916,1	670.226,5	675.883,7
I. Dívida em Poder do Público	399.958,7	399.951,7	408.568,7	412.342,9	406.385,9	425.119,6	442.029,1	442.655,9	453.605,8	471.080,5	475.473,4	485.941,4	492.493,1
LTN	74.086,8	71.940,0	75.490,9	68.038,1	63.185,5	62.933,6	60.659,9	58.072,5	57.183,2	52.859,2	51.191,1	48.806,7	48.039,9
LFT	206.989,3	209.985,4	213.532,9	223.188,7	219.456,4	237.317,6	252.996,8	254.034,3	255.029,6	260.464,3	266.019,8	275.243,1	279.676,2
LFT-A	19.610,3	19.693,3	19.809,6	19.939,7	20.086,0	20.219,2	20.398,0	20.598,6	20.742,9	20.931,8	20.935,2	20.960,6	21.148,4
LFT-B	32.697,9	30.806,0	30.723,2	30.388,1	29.828,1	29.864,2	30.002,0	30.145,1	29.952,1	30.019,8	29.989,8	29.953,5	29.619,2
LFT-E	925,7	935,1	946,9	958,1	681,2	434,1	440,6	447,6	453,6	460,5	-	-	-
NTN-A	8.937,1	9.287,4	9.776,4	9.987,0	10.808,0	10.577,5	11.157,8	11.909,2	12.475,5	12.374,5	11.447,7	10.713,7	11.307,8
NTN-C	12.141,4	14.983,4	15.950,5	17.478,4	19.408,2	20.409,6	21.252,2	22.454,4	23.400,6	24.872,1	25.961,4	26.781,6	26.836,1
NTN-D	13.389,9	11.167,5	10.879,1	11.173,0	11.097,5	11.672,9	12.638,7	11.923,6	20.941,2	35.460,5	37.820,0	39.204,3	40.709,8
NTN-H	2.388,3	2.390,5	2.407,9	2.086,1	2.089,6	2.093,1	2.097,4	1.830,4	1.580,1	1.704,4	1.286,1	212,6	213,5
NTN-I	1.773,8	1.798,5	1.860,4	1.860,9	2.026,2	1.942,7	2.014,5	2.433,4	2.693,5	2.728,7	1.926,3	1.260,5	1.513,9
NTN-P	11.178,8	11.234,8	11.308,7	11.379,8	11.442,9	11.561,3	11.645,4	11.744,5	11.844,2	11.936,5	11.942,4	12.103,0	4.595,7
CFT-A	11.699,3	11.528,2	11.504,2	11.524,3	11.589,3	11.602,4	11.736,2	11.942,3	11.955,0	11.891,0	11.928,3	11.945,5	11.938,6
CFT-D	1.985,3	2.036,9	2.145,7	2.147,3	2.407,3	2.197,2	2.689,2	2.705,1	2.887,3	2.974,2	2.705,0	1.836,2	1.655,8
Demais	2.154,7	2.164,6	2.232,3	2.193,3	2.279,7	2.294,2	2.300,3	2.415,0	2.467,1	2.402,9	2.320,3	6.920,1	15.238,1
II. Dívida com BACEN	137.429,3	139.464,3	143.519,3	143.280,3	151.285,1	162.081,1	165.719,8	168.994,6	175.325,5	185.994,1	185.442,7	184.285,2	183.390,6
LTN	28.589,8	29.623,2	31.764,0	31.165,2	32.689,6	34.422,5	31.256,3	30.707,7	30.125,5	28.028,8	25.699,9	27.962,0	25.193,8
LFT	34.546,3	34.416,7	35.478,9	35.407,7	39.941,1	39.945,0	44.670,6	46.039,7	46.123,6	46.297,9	46.401,8	46.499,7	47.217,5
LFT-A	59.151,7	59.592,4	59.688,5	59.983,3	60.367,6	60.711,1	61.190,6	61.732,5	62.104,5	62.608,8	63.023,2	63.437,0	63.939,9
NTN-A	1.794,9	1.890,0	1.824,4	1.826,0	1.837,8	1.849,3	1.861,1	2.222,9	1.628,1	2.133,1	1.702,1	1.836,1	2.072,1
NTN-D	12.739,3	13.335,3	14.156,3	14.290,7	15.840,5	24.544,2	26.130,3	27.678,7	34.730,1	46.310,0	47.999,4	43.933,4	44.349,0
Demais	607,3	606,6	607,3	607,5	608,5	609,0	610,8	613,1	613,7	615,4	616,2	616,9	618,4
Dívida em Poder do Público/PIB	36,5%	36,2%	36,6%	36,6%	35,8%	37,3%	38,6%	38,4%	39,2%	40,4%	40,4%	41,1%	41,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jan/2001	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan/2002
I. INTERNA	-78.348,8	-79.418,8	-79.696,0	-79.933,5	-81.066,5	-82.257,8	-83.714,1	-84.468,3	-85.282,2	-86.768,9	-86.588,2	-87.463,2	-89.771,4
Dívida contratual	832,0	861,9	878,1	881,0	913,5	886,0	907,8	630,4	652,6	655,1	620,4	581,9	597,8
FAT	-55.475,2	-56.270,6	-57.038,6	-57.337,7	-57.844,2	-58.927,4	-61.573,6	-61.622,4	-62.252,1	-63.525,2	-63.208,6	-63.702,3	-65.643,2
Aplicações financeiras	-2.486,8	-2.601,4	-2.694,8	-2.450,5	-2.565,8	-2.302,1	-2.143,8	-2.213,9	-2.206,2	-2.172,0	-2.066,5	-1.951,7	-1.926,2
Fundos Regionais	-13.711,4	-13.900,9	-14.093,3	-14.305,3	-14.579,6	-14.653,0	-14.863,3	-15.106,6	-15.349,0	-15.630,2	-15.859,5	-16.238,9	-16.535,9
Demais	-7.507,4	-7.507,8	-6.747,4	-6.721,1	-6.990,4	-7.261,2	-6.041,2	-6.155,7	-6.127,5	-6.096,5	-6.074,0	-6.152,1	-6.264,0
II. EXTERNA	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0
Disponibilidades	-911,4	-926,9	-988,0	-986,2	-1.002,3	-987,2	-1.064,8	-1.065,0	-1.162,0	-1.140,3	-1.119,7	-983,7	-963,0
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-79.260,2	-80.345,7	-80.684,0	-80.919,8	-82.068,8	-83.244,9	-84.779,0	-85.533,3	-86.444,2	-87.909,2	-87.707,9	-88.446,9	-90.734,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-7,2%	-7,3%	-7,2%	-7,2%	-7,2%	-7,3%	-7,4%	-7,4%	-7,5%	-7,5%	-7,5%	-7,5%	-7,6%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em janeiro, foram 8,2% maiores que os valores distribuídos no mês de dezembro/2001. Esse incremento deveu-se, basicamente, às parcelas do IR e IPI arrecadadas por conta do programa REFIS, referentemente aos anos de 2000 e 2001, creditados nos dias 16, 17 do mês citado.

Em relação ao mesmo mês de 2001, o FPM e o FPE apresentaram crescimento nominal de 10,7%.

Em janeiro, as transferências por conta do IPI apresentaram variação positiva de 3,8% em comparação aos valores transferidos no mês de dezembro/2001. Esse acréscimo também foi consequência do IPI arrecadado por intermédio do REFIS.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)		VARIÇÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	JAN/02 DEZ/01	JAN/02 JAN/01
2001	1.731,7	1.771,6	-	-
2002	1.917,7	-	8,2%	10,7%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)		VARIÇÃO NOMINAL(%)	
	JAN	DEZ	JAN/02 DEZ/01	JAN/02 JAN/01
2001	1.654,7	1.692,9	-	-
2002	1.832,5	-	8,2%	10,7%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

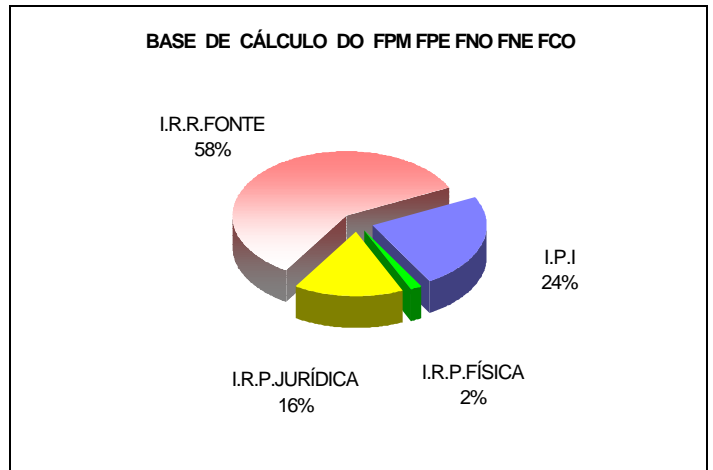
PREVISTO X REALIZADO

De acordo com a Portaria STN 578/01 os créditos no mês de **janeiro** foram efetuados nas seguintes datas: **10/01, 18/01 e 30/01**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JAN	- 0,9%	+ 8,2%	- 0,9%	+ 8,2%	- 12,0%	+ 3,8%

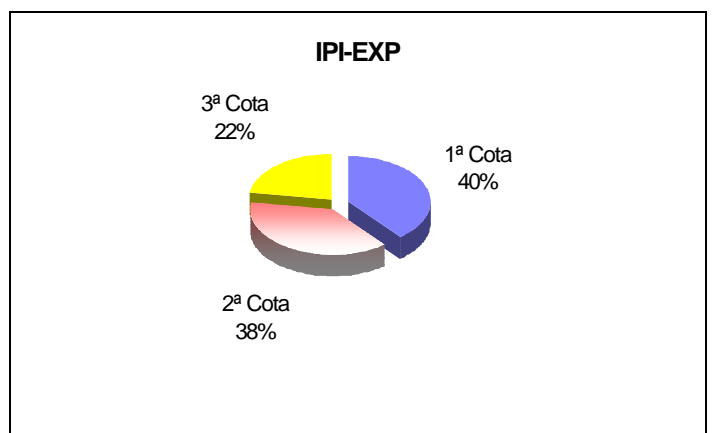
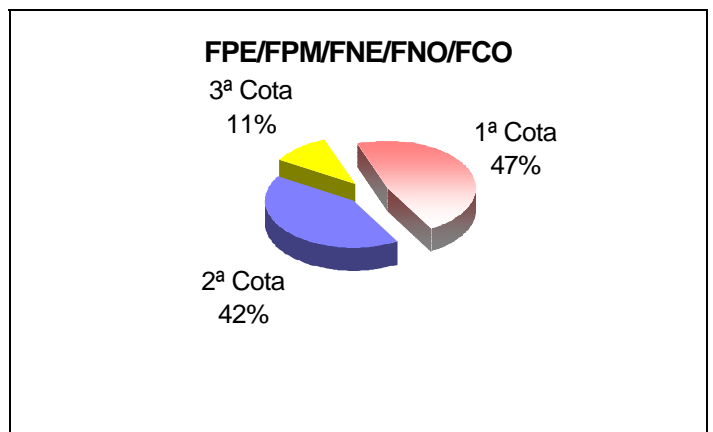
COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **janeiro** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de dezembro a 20 de janeiro, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)(2)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1) (2)	FUNDEF(3)
3º Dec./Dez	568,9	3.185,7	3.754,6						
JAN/2001	1.539,1	10.170,7	11.709,8	JAN/2001	8.523,2	1.557,6	1.630,1	138,9	587,0
1º Dec./Jan.	560,8	2.771,9	3.322,7	3º Dec./Dez.	3.754,6	686,2	718,1	48,4	256,3
2º Dec./Jan.	504,8	931,1	1.435,9	1º Dec./Jan.	3.322,7	609,0	637,4	47,7	228,4
3º Dec./Jan.	473,6	6.467,6	6.941,2	2º Dec./Jan.	1.435,9	262,4	274,6	42,9	102,3

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui valores do REFIS referentes ao ano de 2000 e 2001 classificados em dezembro de 2001 (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-EXP(1)	FUNDEF UNIÃO(2)
AC	8.992,15	53.286,48	12,94	11.037,61
AL	38.008,31	64.798,91	130,01	18.580,52
AM	22.769,81	43.464,07	3.802,42	12.857,31
AP	6.183,01	53.146,29	32,24	10.676,40
BA	147.825,73	146.357,90	8.064,67	55.174,23
CE	82.854,55	114.281,66	1.623,96	35.880,07
DF	3.948,05	10.750,75	3,48	2.994,60
ES	28.979,38	23.364,43	6.265,13	12.449,16
GO	60.935,25	44.284,94	961,37	19.397,36
MA	65.862,32	112.432,75	1.706,95	32.594,51
MG	212.276,86	69.384,57	18.418,62	59.330,89
MS	24.453,01	20.747,61	798,71	8.727,54
MT	31.117,12	35.948,51	785,04	12.932,58
PA	59.176,16	95.202,26	6.718,48	30.584,87
PB	52.663,69	74.593,28	348,13	22.660,58
PE(3)	84.060,62	107.479,49	908,06	32.592,95
PI	40.432,52	67.311,37	162,44	19.042,28
PR	110.569,12	44.909,55	14.802,45	35.031,15
RJ	48.506,88	23.795,89	8.676,19	17.188,18
RN	40.399,20	65.076,17	420,29	18.866,38
RO	14.742,67	43.856,59	153,86	10.491,41
RR	7.808,66	38.640,09	9,83	8.217,46
RS	110.482,56	36.679,04	23.065,97	34.975,28
SC	64.201,55	19.934,53	13.159,73	18.944,22
SE	23.549,98	64.724,14	94,55	15.718,23
SP	216.767,14	15.576,29	27.786,49	60.528,72
TO	24.855,77	67.601,08	20,46	16.358,41
TOTAL	1.632.422,07	1.557.628,67	138.932,47	633.832,90

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP/LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	FEV/JAN	MAR/FEV	ABR/MAR
FPM	+ 20,0%	- 26,0%	+ 15,0%
FPE	+ 20,0%	- 26,0%	+ 15,0%
IPI-EXP	+ 1,0%	- 5,0%	+ 22,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Abr/2001	31/05/01	Repub.Ago/01	11/09/01
Mai/2001	28/06/01	Set/2001	30/01/01
Jun/2001	08/08/01	Out/2001	30/10/01
Jul/2001	29/08/01	Nov/2001	30/01/02
Ago/2001	03/09/01	Dez/2001	25/01/02

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**

Fone: (061) 412.3115/3116 Fax: (061) 412.1559

Email: stncofin@fazenda.gov.br

JANEIRO/2002

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de **janeiro** apresentaram um acréscimo de 5,9% quando comparados aos do mês anterior. O bom desempenho dos recursos originários do FPM, FPE, LC 87/96 e ICMS garantiram a variação positiva, em termos globais. Os valores relativos à Complementação da União somente foram creditados no início de fevereiro/2002.

R\$ Mil

Origens	Dezembro	Partic.	Janeiro	Partic.	Jan/ Dez
FPM	263.646,3	14,6%	285.315,0	14,9%	8,2%
FPE	253.936,3	14,1%	274.875,6	14,4%	8,2%
IPI-EXP	23.618,3	1,3%	24.517,5	1,3%	3,8%
LC 87/96 LC 102/00	44.645,9	2,5%	49.124,8	2,6%	10,0%
Compl. União	76.546,8	4,2%	0,0	0,0%	-
ICMS	1.142.244,0	63,3%	1.277.296,4	66,8%	11,8%
Total	1.804.637,6	100%	1.911.129,3	100%	5,9%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibilizou vários canais de comunicação. As questões relativas ao Fundo podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones (61) 321-9532; 321-7621, 410-8634, 410-8648 e 410-8663
- por meio do Fax (61) 225-8582
- por meio de E-mail: fundef@sef.mec.gov.br
- por correspondência endereçada ao:
Departamento de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/
MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L 5º andar sala 500
70.047-900 – Brasília - DF Coordenação-Geral de Programação

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Fone: (61) 412.3116//3118 Fax: (61) 412. 1559
Email: stncofin@fazenda.gov.br

PORTARIA MF Nº 27, DE 30/01/2002 - ESTIMATIVA DE COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA O ANO DE 2002

Portaria MF nº 27, de 30 de janeiro de 2002, publicado no D.O.U. em 31/01/02 que divulga o cronograma com a estimativa dos valores da Complementação da União, relativo ao ano de 2002.

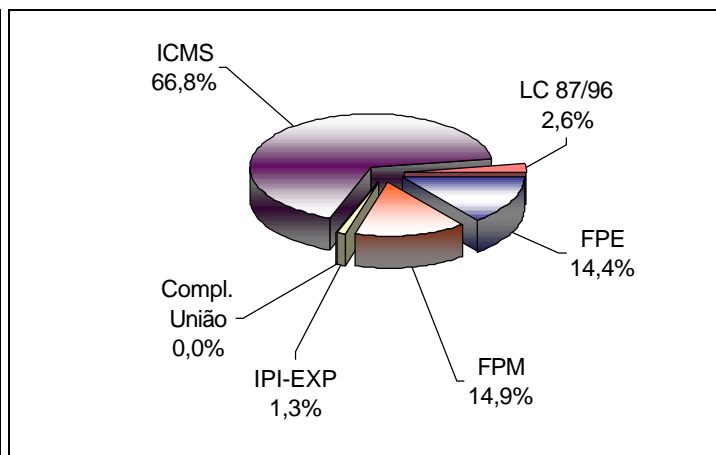
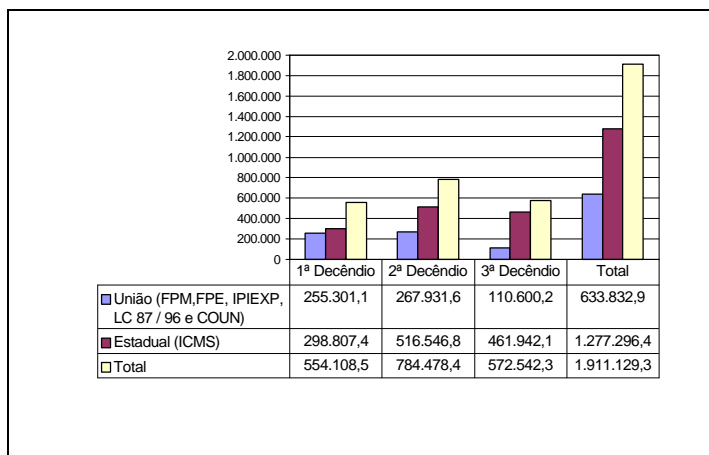
R\$ Mil

ESTADO MÊS	BAHIA	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
	JANEIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517
FEVEREIRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MARÇO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
ABRIL	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
MAIO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JUNHO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
JULHO	30.686.027	26.192.810	12.647.660	4.909.550	74.436.047
AGOSTO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
SETEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
OUTUBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
NOVEMBRO	10.228.676	8.730.937	4.215.887	1.636.517	24.812.017
DEZEMBRO	40.914.701	34.923.742	16.863.542	6.546.062	99.248.047
TOTAL	183.718.200	137.222.800	66.536.800	21.016.600	421.804.264

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JANEIRO/2002 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.730	9.403,5	1.586,8	2,3	0,0	45,0	1.473,9	12.511,5	90,8	90,2
AL	667.007	11.435,1	6.707,3	22,9	0,0	415,1	9.444,5	28.025,0	42,0	41,5
AM	630.642	7.670,1	4.018,2	671,0	0,0	498,0	24.202,3	37.059,6	58,8	55,6
AP	116.231	9.378,8	1.091,1	5,7	0,0	200,8	3.382,7	14.059,1	121,0	118,0
BA	3.527.787	25.827,9	26.086,9	1.423,2	0,0	1.836,3	58.792,8	113.967,0	32,3	32,3
CE	1.698.971	20.167,4	14.621,4	286,6	0,0	804,8	41.624,6	77.504,7	45,6	46,7
DF(2)	321.563	1.897,2	696,7	0,6	0,0	400,1	0,0	2.994,6	9,3	9,6
ES	542.389	4.123,1	5.114,0	1.105,6	0,0	2.106,4	22.276,8	34.725,9	64,0	66,6
GO	1.044.232	7.815,0	10.753,3	169,7	0,0	659,5	37.134,5	56.531,9	54,1	56,6
MA	1.544.447	19.841,1	11.622,7	301,2	0,0	829,5	15.814,1	48.408,6	31,3	31,6
MG	3.433.497	12.244,3	37.460,6	3.250,3	0,0	6.375,7	133.564,9	192.895,8	56,2	58,0
MS	420.557	3.661,3	4.315,2	140,9	0,0	610,0	18.612,7	27.340,2	65,0	63,9
MT	576.334	6.343,9	5.491,2	138,5	0,0	958,9	16.737,7	29.670,3	51,5	52,7
PA	1.546.627	16.800,4	10.442,8	1.185,6	0,0	2.156,0	25.955,8	56.540,7	36,6	36,6
PB	814.623	13.163,5	9.293,6	61,4	0,0	142,0	15.339,4	38.000,0	46,6	47,7
PE	1.579.456	18.967,0	12.801,3	160,2	0,0	664,5	32.191,8	64.784,8	41,0	41,0
PI	723.848	11.878,5	7.135,1	28,7	0,0	0,0	6.449,0	25.491,3	35,2	34,2
PR	1.573.083	7.925,2	19.512,2	2.612,2	0,0	4.981,6	52.499,8	87.531,0	55,6	55,7
RJ	2.008.289	4.199,3	8.560,0	1.531,1	0,0	2.897,8	131.929,5	149.117,7	74,3	74,2
RN	594.181	11.484,0	7.129,3	74,2	0,0	178,9	12.760,4	31.626,8	53,2	54,6
RO	301.839	7.739,4	2.601,6	27,2	0,0	123,2	5.588,0	16.079,4	53,3	53,7
RR	78.462	6.818,8	1.378,0	1,7	0,0	18,9	1.587,0	9.804,5	125,0	135,8
RS	1.596.324	6.472,8	19.469,9	4.070,5	0,0	4.962,1	103.950,1	138.925,3	87,0	87,9
SC	908.259	3.517,9	11.329,7	2.322,3	0,0	1.774,4	53.115,4	72.059,6	79,3	80,9
SE	395.309	11.421,9	4.155,9	16,7	0,0	123,8	8.862,6	24.580,8	62,2	62,5
SP	5.486.865	2.748,8	37.553,8	4.903,5	0,0	15.322,6	440.010,6	500.539,3	91,2	93,6
TO	323.383	11.929,6	4.386,3	3,6	0,0	38,9	3.995,3	20.353,7	62,9	71,1
Total	32.591.935	274.875,6	285.315,0	24.517,5	0,0	49.124,8	1.277.296,4	1.911.129,3	58,6	59,4

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 3.016, de 20.12.2001. (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.